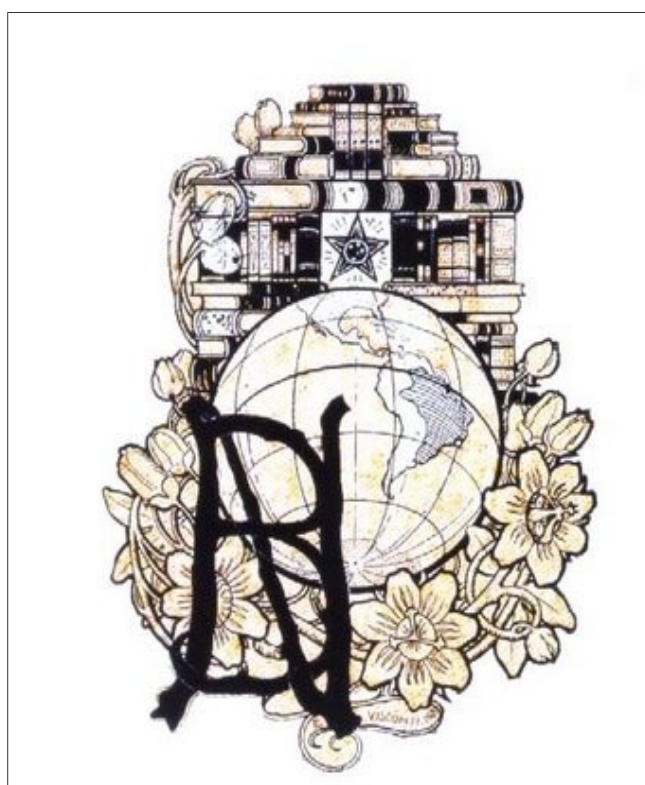


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa de Apoio à Pesquisa

2018

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Mario Luis Grangeia

A imigração no Brasil em obras de portugueses dos séculos XIX e XX

2018

Resumo

Autores portugueses e brasileiros criaram imagens das migrações entre seus países, mas elas tiveram rara atenção de estudos migratórios, literários e outros. Este texto expõe mapeamento inédito do imaginário da imigração portuguesa no Brasil nos séculos XIX e XX em obras de autores do país de origem desse fluxo. Os livros analisados retrataram vidas de portugueses no Brasil e retornados em Portugal e foram localizados após estudo da literatura da imigração e de obras não só de imigrantes. Para analisar significados atribuídos à migração, focalizam-se obras de Camilo Castelo Branco (“Os brilhantes do brasileiro”), Gomes de Amorim (“Ódio de raça”, “Aleijões sociais” e “As duas fiandeiras”), Ramalho Ortigão (“As farpas”), Eça de Queiroz (“Uma campanha alegre”), João Sarmiento Pimentel (“Memórias do capitão”), Ferreira de Castro (“Emigrantes” e “A Selva”), Vitorino Nemésio (“O segredo de Ouro Preto”), Miguel Torga (“A Criação do Mundo” e “Traço de União”), Eduardo Lourenço (“O labirinto da saudade” e “A nau de Ícaro”) e Ruth Escobar (“Maria Ruth”), examinando causas, efeitos e reações vinculadas à imigração. Captam-se mudanças e permanências nos enquadramentos da imigração no Brasil, recorrendo ao conceito de enquadramento como usado por sociólogos culturais. Os estudos da imigração portuguesa no Brasil preteriram imagens literárias, privilegiando outros objetos e abordagens. Há ainda uma relativa carência de pesquisas sobre essa imigração com base em fontes como textos literários, prevalecendo o uso das fontes oficiais, como documentos de diplomacia. Ao explorar legados culturais do maior fluxo de portugueses no século XX, se propõe um enfoque ao processo que contribui à historiografia das migrações, sociologia cultural e estudos da literatura portuguesa.

Palavras-chave: Portugueses no Brasil; Imigração; Literatura Portuguesa; Sociologia cultural.

Abstract

Portuguese and Brazilian authors created images of migrations between their countries, but they had rare attention from migratory, literary, and other studies. This text exposes an unprecedented mapping of the imagery of Portuguese emigration to Brazil in the 20th century in works by authors from the country of origin of this flow. The books analyzed portrayed the lives of Portuguese in Brazil and returned in Portugal and were located after studying the literature of immigration and works not only of immigrants. To analyze meanings attributed to migration, we focus on works of Camilo Castelo Branco (“Os brilhantes do brasileiro”), Gomes de Amorim (“Ódio de raça”, “Aleijões sociais” and “As duas fiandeiras”), Ramalho Ortigão (“As farpas”), Eça de Queiroz (“Uma campanha alegre”), João Sarmiento Pimentel (“Memórias do capitão”), Ferreira de Castro (“Emigrantes” and “A selva”), Vitorino Nemésio (“O segredo de Ouro Preto”), Miguel Torga (“A criação do mundo” and “Traço de União”), Eduardo Lourenço (“O labirinto da saudade” and “A nau de Ícaro”) and Ruth Escobar (“Maria Ruth”), examining causes, effects and reactions related to immigration. Changes and continuities are captured in frames on this immigration, using the concept of framing as adopted by cultural sociologists. There is still a relative lack of research on this immigration based on sources such as literary texts, with the use of official sources as diplomatic documents prevailing. By exploring cultural legacies of the main flow of Portuguese in the 20th century, my approach to this process intends to contribute to the historiography of migrations, cultural sociology and Portuguese literature studies.

Keywords: Portuguese in Brazil; Immigration; Portuguese Literature; Cultural Sociology.

Introdução

Imagens das migrações entre Brasil e Portugal têm sido difundidas por escritores dos dois países, mas raros estudos migratórios, literários e outros lhes deram atenção. Neste texto, esse imaginário heterogêneo da imigração é captado na literatura portuguesa a partir de uma análise de enquadramento na perspectiva da sociologia cultural. Para identificar obras a serem analisadas, explorei o acervo de obras gerais da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Estudos da imigração portuguesa preteriram imagens em obras literárias, privilegiando outros objetos e abordagens. Em Portugal, frisou-se a emigração clandestina, remessas de dinheiro, engajadores, retornados e tentativas de destinar emigrantes para a África (SILVA, 2011). No Brasil, a socialização, empreendedorismo e associativismo (tem crescido o debate com literatura brasileira). Fontes oficiais como documentos de diplomacia são as mais usadas.

Este trabalho se justifica ainda pela própria escala da imigração portuguesa no Brasil. No fim do século XX, cerca de 510 mil estrangeiros viviam no país e 34,5% (175,8 mil) tinham nascido em Portugal, proporção seguida por japoneses (10,3%), italianos (8,57%) e espanhóis (7,02%), segundo o censo (BRASIL, 2001). A presença lusa respondeu por cerca de 38% dos imigrantes em 1970 e 1980, de acordo com censos anteriores. Nos cem anos entre 1884 e 1984, eles totalizaram quase 1,6 milhão (31%) dos mais de 5,1 milhões de imigrantes que entraram oficialmente no país (VILLAS BÔAS, PADILLA, 2007). Com a emigração clandestina somada, estima-se que quase 2 milhões de portugueses emigraram de 1886 até os anos 1970. O auge foi em 1966, com 120 mil saídas registradas (SCOTT, 2012).

Após o estudo da bibliografia de portugueses (emigrantes ou não) e sua vida e obra, mapeei livros sobre vidas de portugueses no Brasil e retornados em Portugal, além da literatura sobre a emigração portuguesa (MATTOZZI, 2016, p. ex.). Nesta pesquisa, 21 livros de ficção e não ficção afins ao tema foram identificados nos séculos XIX e XX. Em triagem posterior, excluí oito obras de abordagens mais rarefeitas da questão e incluiria outras duas.

Para analisar significados atribuídos à imigração, foram focalizadas obras de Camilo Castelo Branco, Gomes de Amorim, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, João Sarmiento Pimentel, Ferreira de Castro, Vitorino Nemésio, Miguel Torga, Eduardo Lourenço e Ruth Escobar. A partir de 15 títulos desses dez autores, se examinaram causas, efeitos e reações vinculadas à e/imigração, evidenciando 13 imagens da migração, abaixo sumarizadas:

- *Fuga*: resposta a drama pessoal, resulta em “novos ricos” entre os retornados, alvos de piedade ou de riso de contrerâneos que acabam beneficiados por recursos deles;

- *Escravidura*: responde à necessidade dos migrantes e interesse dos engajadores, vista como injustiça e propicia lusofobia e “comércio de carne humana” (AMORIM,1870);
- *Sorte*: emigração por vida melhor, leva a excesso de trabalho e, para alguns migrantes, prosperidade, o que torna migração “loteria” onde pessoas são tidas como bastardas;
- *Mal necessário*: migração responsável por evasão de trabalhadores fortes que, no Brasil, encontram território sem liberdade e com desproteção e “ódio de raça”;
- *Exploração*: resulta em casos de servidão por dívida e leva a massa de ociosos nos dois países (ora desvalidos, ora inativos), despertando arrependimento e lusofobia;
- *Abandono*: como nos dois casos acima, é reação à miséria e, além da evasão rural, gera projetos oficiais anti-emigração e retornados sem desejo de investir na terra natal;
- *Espera*: migração como tempo à espera de novas condições de voltar a Portugal;
- *Desilusão*: migração como frustração da expectativa com a miragem da fortuna;
- *Maturação*: migrantes são tidos como sujeitos ao amadurecimento na nova terra;
- *Ética*: deslocamento imbuído de dever com sua terra e compatriotas, valorizando a “colônia” e na expectativa de um retorno;
- *Alma dividida*: migrantes se dividiam em Portugal e Brasil, passado e presente;
- *Saída providencial*: presença prolongada do colonizador e saciando carências; e
- *Reinvenção*: migração sentida como oportunidade para renovar vida por inteiro.

Essas imagens podem ser concomitantes em livros ou autores, vide, por exemplo, as obras de Ferreira de Castro (cujos romances “Emigrantes” e “A selva” abordam a imigração no Brasil como maturação e desilusão) e de Miguel Torga (com ensaios de “Traço de União” e romance “A Criação do Mundo” expondo migração como maturação e alma dividida).

1. Enquadramentos e seleção de obras

Para estudar obras literárias sobre a imigração, adotou-se a perspectiva da sociologia cultural, que enfatiza a autonomia dos processos culturais, considerando a cultura, significado estruturado coletivamente, como variável independente. Discursos e outros códigos culturais não apenas refletem forças materiais e institucionais, mas são chaves para a compreensão de interações sociais, inclusive relações de poder (ALEXANDER, SMITH, 2000). Desde a “inflexão cultural” da virada dos anos 1980 aos 1990, conceitos de grande alcance empírico para estudar influências da cultura têm sido usados e aperfeiçoados, como enquadramento.

Enquadramentos têm sido definidos como organizadores de pensamento (FERREE et al, 2002) ou ideias e princípios que organizam experiências e orientam ações (GAMSON, MODIGLIANI, 1989; BENFORD, SNOW, 2000). Analistas de enquadramentos comungam da ideia de que eles operam como molduras orientando visões e interpretações do mundo, pois codificam expectativas quanto às relações sociais e efeitos dos atos. “Ao entendermos os frames que indivíduos ou grupos diferentes empregam em interações sociais e processos de decisão, podemos começar a entender a variação de suas interpretações e compreensões” (SMALL et al., 2011: 101). Eis uma forma de relacionar cultura e comportamento: quadros não geram comportamentos – indicam relações de restrição-possibilidade, e não causa-efeito.

Estudar como a imigração é enquadrada não é só esclarecer significados dados a ela, mas apontar quais possibilidades de ação se abrem a partir de cada quadro. Afinal, a criação de significados articula diagnósticos e prognósticos e realça ao que atentar ou não. Segundo Ferree e coautores (2002: 14), “enquadramentos de questão chamam nossa atenção para certos eventos e suas causas e consequências subjacentes e direcionam nossa atenção para longe das outras”. Ao compararem notícias de imprensa sobre o aborto na Alemanha e EUA, viram que o enquadramento “vida fetal” predomina entre alemães; nos EUA, enquadramentos de direitos individuais e pró-aborto e de direitos do feto e antiaborto se chocam.

A análise de enquadramentos centrada no conteúdo permite ver como os quadros se manifestam, pois enfocam ângulos discursivos e interpretações. Mendonça e Simões (2002) viram tal traço favorecer a compreensão de controvérsias públicas e alterações de quadros. Outrora, atestei o potencial desse tipo de análise ao identificar três imagens oficiais da desigualdade nos governos Vargas e entre 1985 e 2016 (GRANGEIA, 2017).

O desafio metodológico inicial foi definir obras a analisar. Para responder como foi enquadrada a imigração portuguesa no Brasil, se mapeou uma gama de discursos literários. E, para captar e analisar o percurso das imagens da migração, esse corpus devia ser heterogêneo. Contando com a riqueza do acervo de literatura portuguesa da FBN, a seleção ocorreu assim:

- *pesquisa no acervo*: a partir de estudo prévio da literatura portuguesa e de várias buscas feitas no sistema da FBN, foram captadas 21 obras de ficção e não ficção desde o século XIX;
- *triagem inicial*: foram excluídas quatro obras mais focadas na emigração, um romance sobre retornada alheio à imigração, uma ode, um livro de correspondências e outro de entrevistas;¹ e

1 Não atendiam ao perfil desta seleção “Os gatos”, de Fialho d’Almeida, “A morgadinha dos canaviais”, de Julio Dinis, “Uma aventura inquietante”, de José Rodrigues Miguéis, “O malhadinhas”, de Aquilino Ribeiro, “A brasileira de Pranzins”, de Camilo Castelo Branco, “Ode ao Rio, ABC do Rio de Janeiro”, de Vitorino Nemésio, “Correspondência”, de Mont’Alverne de Sequeira, e “Falar de viver”, de Leonor Xavier.

• *inclusão de outras obras*: foram incluídos dois livros de fora da FBN (“O segredo de Ouro Preto”, de Vitorino Nemésio, e “Traço de União”, de Miguel Torga) a doar a ela mais adiante.

Entre autores portugueses, há aqueles que relataram sentir falta de uma produção literária mais robusta sobre o tema da migração. Um desses literatos foi Miguel Torga, ex-emigrante radicado na juventude no interior de Minas Gerais, de acordo com o qual:

É possível que o silêncio literário que se verifica sobre esta singular situação advenha precisamente da incapacidade de captação psicológica num tão confuso e desmedido plasma emocional. É que não se encontra pé facilmente num tal redemoinho de sentimentos. Português no Brasil, brasileiro em Portugal, o emigrante fica sem pátria, tendo duas. Num lado fala uma língua e tem hábitos que o denunciam como alheio; no outro não pode esconder um sotaque e uns gostos que o denunciam como desenraizado. (TORGA, 2016: 94)

Para analisar e comparar discursos literários sobre esse tema pouco explorado, a julgar por autores como Torga e Lourenço (1999, p.ex.), três variáveis foram mais enfocadas: causas (menções às forças responsáveis pelas imigrações); efeitos (indicações de repercussões suas na origem e destino); e reações (com as reações declaradas à imigração nos textos analisados).

Focalizam-se, no século XIX, uma novela de Camilo Castelo Branco (“Os brilhantes do brasileiro”), duas peças e um romance de Gomes de Amorim (“Ódio de raça”, “Aleijões sociais” e “As duas fiandeiras”), livros de crônicas de Ramalho Ortigão e de Eça de Queiroz (“As farpas” e “Uma campanha alegre”) e, no século XX, as memórias de João Sarmiento Pimentel (“Memórias do Capitão”), romances de Ferreira de Castro (“Emigrantes” e “A Selva”), um livro de crônicas de Vitorino Nemésio (“O segredo de Ouro Preto e outros caminhos”), romance autobiográfico e coletânea de ensaios de Miguel Torga (“A Criação do Mundo” e “Traço de União”), dois livros de ensaios de Eduardo Lourenço (“O labirinto da saudade” e “A nau de Ícaro”) e a autobiografia de Ruth Escobar (“Maria Ruth”). Eles foram editados entre 1869 (“Os brilhantes do brasileiro” e “Ódio de raça”) e 1999 (“A nau de Ícaro”).

2. Migração como fuga em Camilo Castelo Branco

A obra camiliana é das mais prolíficas da literatura portuguesa, com mais de 260 títulos. Ao contrário de outros autores com obras analisadas aqui, ele não emigrou para o Brasil. Se tivesse, é provável que isso surgisse com cores menos ou mais vivas nos textos, pois sua vida e obra se articulam de modo notável, como concluíram estudiosos como Houaiss (1986). Ainda assim, muitos personagens seus representam os “retornados” – ou “brasileiros”.

Em *Os brilhantes do brasileiro* (1869), ele narrou a trama da filha de um general casada a contragosto com um “brasileiro” que vende as joias que ganhou de noivado para

pagar o curso de medicina a seu verdadeiro amor. Após os brilhantes sumirem, o marido se crê traído, desfaz o casamento e volta ao Brasil. Sua nova emigração é uma fuga: “E, quinze dias depois, o brasileiro, chorado e lamentado dos amigos, embarcava em um dos seus navios, aproando às praias de Santa Cruz, onde, dizia ele, ia esconder a sua vergonha, associando à sua angústia a franduna rapagosa, Rosa Catraia, que se lhe encostrava ao coração, enjoada com o balanço da galera!” (CASTELO BRANCO, 2006: 78). Sobre casais com “brasileiros”, estes “eram os usufrutuários mais ou menos exclusivos das peregrinas burguesas do Porto” (Ibid.: 19), o que sugere que os “retornados” eram vistos como perspectiva de ascensão social para burguesas portuenses. Haveria duas fugas: de território, para homens, e de determinado status.

Tal imagem da fuga voltava numa carta do médico formado graças à venda das joias, que contou à irmã ter visto o “brasileiro” no Rio de Janeiro: “Sem eu nada lhe perguntar, me disse que deixara Portugal para sempre, por causa de sérios desgostos que lhe dera a mulher” (ibid.: 78). Em outro encontro, o interlocutor estava acompanhado, mas a consorte era só consolação: “o marido exilado da pátria e da esposa que o desonrou, me disse que aquela mulher era o seu aconchego, e a consolação das suas mágoas” (ibid.: 79).

A sátira aos novos-ricos tinha nesse migrante um alvo de piedade ou riso. Já o autor da carta à irmã personificava a perenidade de laços de emigrantes com a terra natal; não só afetivos, mas financeiros: “Em fins de 1848 perfazia dois anos e meio que Francisco José da Costa demorava no Rio, gozando os proventos de seus muitos trabalhos e créditos. As remessas de dinheiro feitas à irmã denunciavam o propósito de voltar proximamente à pátria” (ibid.: 81). As remessas eram sinal de que os portugueses poderiam até ter a emigração como fuga, mas nem sempre definitiva, como se leria na sequência do trecho. O domínio da língua e a beleza do estilo do romancista estavam a serviço do enquadramento de vidas exemplares da época, como de “brasileiros de torna-viagem”, ilustrados com traços burlescos pelo autor.

3. Migração como escravatura e sorte em Gomes de Amorim

A vida fez de Gomes de Amorim um ativista anti-emigração: nascido em 1827 em Aver-O-Mar, se fixou aos 10 anos em Belém e foi caixeiro lá até ser maltratado por patrões conterrâneos. Fugiu para a Amazônia e virou seringueiro, remador e carpinteiro até voltar a Portugal em 1836 sentindo que foi escravo de portugueses (CARVALHO, 1998).

No drama *Ódio de raça* (1854, publicado em 1869), o caixeiro Manuel, alter ego do autor, exclamava “Oh! minha pátria, meu querido Portugal, cuidei que te deixava para vir a um país de irmãos, e recebem-me como inimigo! (...) Agora é que eu sei quanto amargam as

lágrimas do desterro!” (AMORIM, 1869: 25-6). A denúncia de patrões partia do protagonista no engenho da peça, o preto cabinda José – “primeiro, vendiam só os pretos das suas colônias; agora também acharam meio de vender os brancos, e o Brasil está cheio de portugueses vendidos e comprados por seus irmãos” (ibid.: 87) –, e do autor, nas notas da obra: “os piores patrões são os portugueses naturalizados brasileiros. Mas que se há de esperar de homens que, por interesse, renegaram a pátria?” (ibid.:177). O dramaturgo via duas razões à emigração: a necessidade ou, mal valorado por ele, o interesse. A trama de ódio envolvia brancos e mulatos, brasileiros e lusos e atestava, para Pinheiro (2015: 426), “que a degradação moral associada e derivada de uma infame estrutura escravocrata fará de todas as personagens suas vítimas”.

Aleijões sociais (1870), encenada como *Escravatura branca*, foi inspirada num escândalo do fim dos anos 1850: portugueses invadiram um consulado no Brasil em protesto por mais de 40 mortes num navio que chegou com quase 400 pessoas, dobro do limite. Inspetores de saúde foram recebidos por passageiros de joelhos, queixosos de que as mortes foram por fome, sede e maus tratos do comandante. Ao ouvir as queixas, o cônsul, que já pedira para autoridades locais expulsarem manifestantes, cedeu e fez o capitão ser preso e enviado para Portugal. O réu acabou absolvido das mais de 300 acusações, as mortes a bordo foram atribuídas a doenças e os manifestantes, deportados.

No primeiro ato, em aldeia minhota, o padre Manuel alertava: “Se vos fiais neles [aliciadores], sereis vendidos como escravos para onde cuidais ir buscar fortuna; morrereis em mísero desterro, vítimas de trabalhos brutais e de doenças incuráveis; a maior parte de entre vós não tornará a ver o teto amigo da vossa infância! De cada cem, voltará um, quando muito” (ibid.: 43). Antes avesso à ideia de emigrar, para não romper a linhagem familiar na lavoura, Domingos Palmeiro virou comerciário no Rio de Janeiro e afirmava que no Brasil, em vez de enriquecer sem trabalhar, “a verdade é que se morre trabalhando, como em qualquer outra parte!” (ibid.: 106), e que ele vivia pior que escravos, com donos para sustentá-los. “Que sou eu senão um escravo, e dos mais infelizes e miseráveis” (ibid.: 107). Ele se queixava da pátria, que vendera seus filhos e não fiscalizava as transações, que Domingos equiparava a um “vergonhoso comércio de carne humana” (ibid.: 124). No quinto e último ato, novos colonos eram tomados pelo padre, no Rio, como mais vítimas e por um aliciador – vilão preso na cena final – como lotes de caixeiros, trabalhadores e gente “para aplicações diversas”. Gomes de Amorim também usaria outra imagem.

Em *As duas fiandeiras* (1881), o retornado Domingos Rosmaninho não indicava a emigração após enriquecer como herdeiro de um patrão amigo sem parentes: “o Brasil é bom,

para quem tem lá parentes ricos, ou amigos muito dedicados e bem estabelecidos. É bom... mas lá trabalha-se dez vezes mais do que em Portugal; e quem não estiver resolvido a isso, escusa de ir, porque fará menos do que aqui” (AMORIM, 1881: 237). Era como um jogo que o narrador via a emigração: “É perfeito jogo de loteria. Por cada cem que se arriscam, volta um, raras vezes rico; mas, em geral, vem sempre doente para o resto da vida. Se há diferença entre esta roleta e a da Misericórdia de Lisboa, é que, na emigração, o número branco é o mais feliz, o que volta; quase todos os que ficam, têm a sorte negra e atroz” (ibid.: 186). O narrador projetou Portugal vazio se emigrantes no Brasil tratassem seus pares como o patrão de Domingos: “desde o dia em que a maioria dos brasileiros, por amor dos seus interesses, deixar de tratar os portugueses como irmãos bastardos, não volta cá mais nenhum, e Portugal ficará deserto no espaço de poucos anos” (ibid.: 187). Sorte e escravatura não excluía uma à outra.

4. Migração como mal necessário e exploração em Ramalho Ortigão

A emigração portuguesa foi abordada por Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz nas crônicas mensais *As farpas*, pioneiras na crítica social e cultural e que reuniram depois em *As farpas* (1887-91, 11v.), de Ortigão, e *Uma campanha alegre* (1890-91, 2v.), de Queiroz. Neles, há a “mesma santa revolta”, segundo Queiroz (1890: 8), para quem “nos abalançamos a atacar toda uma Sociedade com um punhado ligeiro de ironias douradas”.

A emigração para o Brasil é central em mais de uma *Farpa* e, para Ortigão, “o Brasil é-nos duas vezes nocivo: nocivo pelos braços que nos leva, e nocivo pelo dinheiro que nos manda” (ORTIGÃO, 1887, v. 10: 101), ilustrando a imagem do mal necessário. “Brasileiros” seriam apátridas, como notou na *Farpa* com um glossário ao imperador do Brasil em viagem a Portugal. Além da falta de pátria, esse colono foi visto, em dezembro de 1872, como o mais desprotegido e mais detestado migrante europeu: “pesa ainda hoje sobre ele o velho ódio de raça” (ibid.: 65) – note-se a expressão utilizada por Gomes de Amorim no título de uma peça.

Ortigão contrastou as emigrações ao Brasil e aos Estados Unidos realçando que quem desembarcava na América inglesa recebia a posse do solo, uma primeira garantia de liberdade ausente no Brasil, onde “a constituição feudal da propriedade entregou metade do país aos senhores de escravos” (ibid.: 64) – tal designação aos fazendeiros não é fortuita, pois colonos portugueses se aproximam, nessa retórica, dos escravos.

A imagem da migração como exploração está mais clara na descrição do contato inicial entre colonos lusos e fazendeiros: “o colono português (...) é acolhido no Brasil, no Rio de Janeiro quase sempre, por um senhor esquivo, desconfiado, que vê nele um capital seu

exposto aos riscos da deserção ou da fuga, ao iminente perigo da enfermidade e da morte: é preciso explorá-lo à pressa e fazê-lo render de pronto. Daí as tarefas mais violentas e pesadas impostas desde logo ao colono que chega” (ibid.: 67). Ele notou que rapazes transmontanos e minhotos cediam à força, resignando-se no desalento e na desgraça, e tomavam-se da nostalgia, de um sentimento instintivo da pátria penetrante e profundo. A natureza de traços novos e fantásticos lhes dava “perspectivas longínquas e nublosas” (ibid.: 69) para verem o passado, a família e a pátria.

Além de ser visto como explorado, o emigrante de Ortigão sofre uma hostilidade física (sol chamejante, umidade das noites, miasmas febris do solo e exalação mefítica dos pântanos) e moral (estranheza dos hábitos e costumes, isolamento, tristeza, saudade e impotência absoluta da reação individual contra o poder dos fazendeiros). A força das fazendas no Brasil é equiparada à dos bancos em Portugal, pois responderiam por fazer a lei, a justiça e o direito. A influência do capital e da propriedade diferiria num fato (ibid.: 70): “em Portugal ela [influência] é contrastada pelas benéficas resistências de alguns milhares de cidadãos que mantêm a liberdade por meio da independência facultada pelo trabalho; no Brasil não, porque no Brasil quem trabalha é escravo, e a quantidade chamada povo não existe”. A migração seria tão traumática que, para o autor, navios voltariam cheios de gente a Portugal se dessem passagens aos emigrados arrependidos.

5. Migração como mal necessário e abandono em Eça de Queiroz

O olhar de Eça de Queiroz à emigração é resumido ainda no começo do texto “O governo e a emigração”: “a emigração entre nós é decerto um mal” (QUEIROZ, 1890: 357). Isso ocorreria devido ao perfil dos emigrantes (os mais enérgicos e decididos), o que levou à perda de “raras vontades firmes” e “poucos braços viris”. Enquanto ingleses partiam até a Austrália e Índia movidos pelo espírito de atividade e expansão e voltavam para servir seu país com vontade, experiência e dinheiro, os lusos emigraram para sair da miséria e retornavam sem investir. “Em Portugal a emigração não significa ausência – significa abandono. (...) o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar” (ibid.: 358).

A forte crítica à emigração precedia o ataque à tentativa de incentivar migrações para o Alentejo e seu elogio à recomendação oficial de impedir a emigração. Queiroz dedicaria a crônica de fevereiro de 1872 à figura do “brasileiro”, que definiu como o emigrante que voltou rico e se tornou “entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular”. “Nós temos

o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricassa, joanetes nos pés, colete e grilhão d'ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto” (QUEIROZ, 1891: 96). O estereótipo cômico seria útil para romances românticos (pai achinelado e ciumento), comédias salgadas (“gordalhufo amoroso”) e em anedotas (marido traído de tamancos).

O cronista frisou que não se atribuíam ao “brasileiro” qualidades fortes e finas, inteligência e coragem, e que ele era, na tradição popular, “como aquelas abóboras de agosto que sofreram todas as soalheiras da eira” e “eternos toscos da rua do Ouvidor”. Após citar condições imaginadas para esses brasileiros (donos de prédios grotescamente sarapintados, frequentadores de hotéis sujamente lúgubres e outras), realçou que “o *brasileiro*, o rico *torna-viagem* é hoje para nós o grande fornecedor do nosso riso” (ibid.: 97, grifo no original). Por fim, se opôs a fazerem do “brasileiro” motivo de riso, o que era uma injustiça, e expôs a tese do “brasileiro” como expansão do português, dilatado pelo calor. Na sua ironia, o português seria um brasileiro que o clima não deixou desabrochar; sob o sol dos trópicos, seu germe de brasileiro brotaria em diamantes de peitilho, calos e prédios respingados de verde. A prova para essa tese estaria no verão, em que o “brasileiro interior tende a florir, a desabrochar, a alastrar em cachos” (ibid.: 100). Ele propôs ao brasileiro boicotar o lisboeta, fechando a ele o bolso, as portas de seus prédios e não pisando em hotéis locais (a imagem do emigrante como “mal necessário” era reforçada).

6. Migração como espera em João Sarmiento Pimentel

O militar João Sarmiento Pimentel viveu seis décadas de seus quase 99 anos em São Paulo. Ele atuou no levante republicano de 1910 ainda aluno da Escola do Exército, lutou em Angola e, na I Guerra Mundial, em Flandres. Defendeu a República contra monarquistas do Porto em 1919 e se tornara capitão até que foi expulso do Exército por aderir ao contragolpe malsucedido contra a ditadura. Refugiou-se na Galícia até se exilar no Brasil, onde foi um fundador do jornal antissalazarista “Portugal Democrático” e da Casa de Portugal na cidade.

Ele concluiu *Memórias do Capitão* (1963) citando a emigração após lembrar o refúgio na Galícia, como a da expectativa de jovens idealistas de não tardarem a voltar para Portugal. “Aqueles moços pensavam que a revolução não estava perdida, e que dentro de pouco tempo regressaríamos a Portugal com todas as honras e direitos” (PIMENTEL, 1963, p. 309). Face a conflitos locais, não imaginou voltar logo após deportações em massa e prisões generalizadas.

A bordo do Highland Piper, em março e abril de 1927, reviu amigo jornalista e político e as reminiscências desde a infância nutriam diálogos em “dias tranquilos sobre o mar” até desembarcarem no Rio de Janeiro. Planejava esperar o fim da ditadura para voltar a Portugal até que, em conversa com o aviador Gago Coutinho, uma conversa mudou seu olhar ao exílio.

Saudades mil da terra e da família. E já íamos no nono mês daquela vida de turismo ou de treino para andarilhos, quando numa daquelas manhãs de sol que fazem da Guanabara o cenário maravilhoso duma luminosidade e cor que mudam a água da baía em metal fundido, o Almirante, vendo-me extasiado diante daquele espetáculo surpreendente, me disse:

– “Estás a caminhar para zero”.

(...)

Caminhas para zero porque só gastas e não ganhas um vintém. Evidentemente que acabarás passando privações no dia em que esgotares os últimos recursos de que dispões. Antes de chegares a esse zero, vai deitando os olhos para uma possibilidade de ganhares o pão do exílio, pois ficares na dependência dos outros, eu sei que é contrário ao teu feitio. (PIMENTEL, 1963, p. 311-312)

Como estava a “caminhar para zero”, Sarmiento Pimentel foi atrás de emprego e localizou no Jornal do Comércio um anúncio de uma vaga num armazém de um inglês. No trecho final do livro, se lê o diálogo entre esses europeus sobre as condições de um atender à demanda de trabalho do outro. É revelado como ele ganhou o “pão do exílio”:

– Sabe ler?

– Alguma cousa, respondi, sorrindo.

– Não ria, não, porque no Brasil a indumentária não é certidão de instrução primária.

– E da Universidade? retruquei com certo desembaraço.

– Isso é outro caso... e passando-me uma folha de papel, disse-me para fazer uma carta pedindo emprego.

E naquela própria hora tornei a principiar a minha vida de trabalho, com a qual eduquei os filhos e pude sustentar a minha casa num nível aproximado daquele que tinha em Portugal. (PIMENTEL, 1963: 312)

Por sua linguagem que transita entre a história e a literatura, ficção e documento, sonho e realidade, reminiscência e fantasia, a obra foi avaliada pelo prefaciador Jorge de Sena, português que se destacou na pesquisa e no ensino das Letras na UFRJ, como a “obra magna de um grande escritor que há muito se adivinhava nos seus dispersos” (SENA, 1963: 17) e um exemplar de documento histórico, memórias privadas, criação artística, vigor do estilo e, “acima de tudo, autorretrato vivo de uma grande figura de português (...), exemplo de fidelidade aos ideais de independência de um povo, e de portuguesa dispersão pelo mundo” (idem: 13-14). A emigração surgia ao memorialista como uma espera (sem fim à vista) por outro tempo em que poderia retornar para Portugal.

7. Migração como maturação e desilusão em Ferreira de Castro

Autor de romances sociais, José Maria Ferreira de Castro (1898-1974) integrou a massa de portugueses que emigrou no início do século XX. Após chegar aos 12 anos em Belém, em 1911, e não encontrar trabalho no comércio, foi trabalhar em um seringal na Amazônia e fez da memória dos quatro anos na região uma matéria-prima dos romances *A selva* (1930), com a floresta como cenário, e *Emigrantes* (1928). O tema da emigração se faz presente sobretudo neste, como bem observado pelo professor Eduardo Lourenço:

Ferreira de Castro, no seu romance *Os Emigrantes* e um pouco em *A Selva*, apreendeu o aspecto doloroso desta tragédia subalterna e tardia. A tragédia invocável da verdadeira emigração, esta amputação de todo o nosso ser de uma identidade mais profunda do que a do lar e a do lugar, estremecimento tanto da alma como do espírito e não somente da vida sempre aleatória, encontrar-se-á unicamente nos grandes poetas do “desenraizamento”, José Rodrigues Miguéis, Jorge de Sena ou Casais Monteiro. Mas não é por essa razão que eles figuram na mitologia cultural portuguesa corrente. A nossa “emigração” espera ainda os Elia Kazan para a ilustrarem em imagem, como acontecia antigamente à história santa, que era ilustrada nas paredes das catedrais. (LOURENÇO, 2001: 48-9)

No posfácio de *Emigrantes*, Ferreira de Castro (2017b) reconstituiu reações à sua emigração de conhecidos (“indo nesta idade que se consegue arranjar alguma coisa”), da mãe chorosa (“nunca mais te vejo, meu filho! Nunca mais!”) e da sua: “essa violência sentimental, esse brutal desarraigamento, que dir-se-ia efetuado na própria carne, amortecera-me a vontade de parecer homem e eu chorava em frente dos vizinhos que me desejavam boa sorte, espalhados pela escada e no quinteiro, como se esperassem a saída dum enterro” (ibid.: 242).

O autor tanto via a migração como sinal de maturação que atribuiu sua ida ao amor não correspondido por uma moça mais velha e a seu desejo de se valorizar diante dela e compensar tal diferença de idade. “Eu queria ir. Um homem é um homem e eu, justamente porque ainda não era um homem, mais me empenhava em querer parecê-lo. (...) suportei a primeira hesitação. Foi um dos momentos mais corajosos da minha vida. Eu partia para o desconhecido, para o fabuloso”. (ibid.: 243) O desconhecido do outro lado do Atlântico era fonte de receio e excitação (“tudo seria inédito”) e ele narrou ter chegado “sem saber onde pôr os braços e onde pousar os olhos diante das pessoas grandes – e muito menos qual seria o meu destino” (ibid.: 246). Na volta à pátria, após nove anos, tinha bolso vazio, ambições literárias e o que considerou sua riqueza mais importante, embora sem valor material (seu humanismo).

Como emigrante, idealizou seu país (“no velho Portugal que a distância para mim doirara”), mas achou no exterior terreno fértil a sua obra. Como escritor, trocou o romantismo

pelo realismo, devido à percepção do contraste de seus textos “dispersos e artificiais” de ficcionista com seus artigos “sedentos de justiça” de órgãos operários. Seu olhar à migração como maturação se revela em passagens como “do ponto de vista material, esse que tantos homens expatriava para as Américas, eu fui um emigrante vencido. A própria psicologia do emigrante, que é a sua principal força, me abandonou pouco depois de ter chegado ao Brasil, deixando-me, em seu lugar, um novo sonho” (ibid.: 251). Contudo, não evitou exageros como idealizar brasileiros sem preconceito de classe: “Foi lá, entre o seu povo fraternal, liberto de todos os preconceitos de classes, que o meu espírito se formou” (ibid.: 251). Recordaria ainda ter passado fome e ouvido várias negativas de trabalho em Belém, muitas de portugueses.

Ele abria o romance remetendo-o, na introdução (“Pórtico”), ao desejo de tratar da condição emigrante: “Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor” (Castro, 2017a: 15). O anti-herói Manuel da Bouça era um lavrador aspirante a ter terras, se viu impelido a buscar fortuna no Brasil, mas viveu uma saga avessa à idealizada. Analfabeto, deixou a esposa e a filha no vale do Caima e emigrou desejando retornar e comprar terras na vizinhança, tornando-se patrão.

Em todas as aldeias próximas, em todas as freguesias das redondezas, havia o mesmo anseio de emigrar, de ir em busca de riqueza a continentes longínquos. Era um sonho denso, uma ambição profunda que cavava nas almas, desde a infância à velhice. O oiro do Brasil fazia parte da tradição e tinha o prestígio duma lenda entre os espíritos rudes e simples. (...)

Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas liberadas. (CASTRO, 2017a: 31)

A imagem do Brasil fonte de fortuna, conforme narrado, era difundida por agentes de passagens e coexistia com receios como o de febres e naufrágio. Para obter visto no consulado brasileiro em Lisboa, Manuel encarou longa espera até um interrogatório curto e a vacinação. O navio partiu com ele tendo único aceno do amigo que o ajudara na capital. “Aquela mansa saída do rio, sob a indiferença da cidade, comovia a quase todos eles [emigrantes]” (ibid.: 77).

No desembarque, sua angústia era descrita como um vazio que mesclava reações: “sentia uma comoção angustiosa, como que a suspensão de todos os sentidos. Dera-se, dentro do seu peito, uma síncope inexplicável; criara-se, de súbito, um vácuo – um vácuo que era, simultaneamente, expectativa, alvoroço e medo” (ibid.: 100). A migração enquadrada como desilusão surge no reencontro de Manuel com emigrante de sua terra que lhe contraindicou emigrar em carta que não chegou a tempo. O protagonista se chocou ao ouvir dele que “quase não se ganha para viver” (ibid.: 104).

Sem crer na verdade ouvida e com olhar arregalado quase em pânico, Manuel indagou sobre o trabalho em Santos e no campo, concluiu ser difícil juntar renda e ouviu de Cipriano que não voltava para Portugal por vergonha. Ao rebater que “há muitos que voltam ricos!”, teve diagnóstico de que foi por sorte no passado. À medida que o recém-emigrante se inteirou da realidade, o que o faria buscar o recrutamento oficial para os cafezais no interior paulista, foi tomado de tristeza e chorou, o que o fez se envergonhar. Na fazenda de café, achou um patricio cuja voz serviria ao autor para abordar o quadro da imigração portuguesa na região:

– É... Por aqui não se encontra viva alma de português. Não admira: todos eles vêm para o comércio, mas agora, que já não fazem nada, é que elas vão ser. Há por aí portugueses até dar com um pau e que fariam muito melhor se deixassem a cidade e fossem tentar a sorte com uma enxada. Que isto também é capaz de dar nada. (CASTRO, 2017a: 119)

O descompasso entre a migração real e a idealizada foi omitido na primeira carta à família, à qual Manuel dizia estar muito contente e acrescentava: “Isto aqui são outras terras. Já tenho trabalho e, se Deus quiser, Amélia, hei-de ser muito feliz” (ibid.: 124-5). O salário baixo na fazenda pagava altos preços pela rede e utensílios domésticos usados, dificultando ainda mais ter sobras. Aos 42 anos, Manuel refletia sozinho sobre a desilusão com a emigração: “Afinal, onde estava todo esse dinheiro que ele não o via, nem para si, nem para os italianos, nem para os brasileiros que trabalhavam de sol a sol? O que ele enxergava era muita ambição e muitos pobres, como em Portugal, como em toda a parte” (ibid.: 154). Largou o trabalho depois de cerca de um ano e de ver uma lavradora amiga ser assediada pelo feitor, habituado a casos com empregadas. Ao sair da fazenda, a saudade de Portugal tomou-o.

Na segunda parte de *Emigrantes*, a imagem da desilusão substitui a da maturação. Trabalhando no comércio em São Paulo, Manuel lamentaria que a desgraça de não acumular riqueza afetasse mais gente. E se amargurava. A viuvez o fez cogitar não voltar a Portugal, onde a filha lhe dera um genro indesejado e onde não queria ser visto como um retornado sem riqueza. “Pressentia a sua humilhação ao apresentar-se na aldeia tão pobre como partira, mais pobre ainda, pois já não tinha sequer as courelas [nota: terrenos de cultivo próprio]; e o amor-próprio gritava-lhe que ao vexame era preferível o esquecimento na terra distante” (ibid.:180).

Quando eclodiu uma revolução anticorrupção, Manuel declarou não ter nada com ela por ser português e não ter imigrado para se meter em “sarilhos” [confusão]. Sua presença no conflito alterou toda a trama, pois, ao ver o corpo de um manifestante ao chão, recolheu seus anéis de ouro e o relógio após hesitar. Decidiu furtar o cadáver por lhe permitir pagar logo a volta ao país natal, e não dali a dois anos, conforme seus planos. Prestes a voltar, apiedou-se

de emigrantes desembarcados. “Aqueles diabos imaginavam que para se enriquecer bastava ir por aí fora, com ganas de trabalhar. Ele também pensara assim, mas depois é que vira” (ibid.: 206). O narrador não esconderia sentimento parecido com os retornados, que tinham perdido a ilusão que os levava até lá.

Trabalharam tanto que se esqueceram de si próprios; e no dia em que se lembraram de que existiam, viram-se miseráveis como quando haviam chegado; mais miseráveis ainda porque já não tinham a ilusão. Estavam enfermos, sugados, envelhecidos, e só lhes restava implorar da morte um adiamento. Muitos deles iam repatriados pelos cônsules; outros tinham somado todas as economias feitas durante os anos de exílio e com elas adquirido lugar por quinze dias naquela pocilga transatlântica.

(...)

O *Andes* transpunha a barra com o seu carregamento de carne humana, exausta, quase morta, que a América devolvia à Europa – homens que dir-se-ia estarem a mais no Mundo e se arrastavam pelos dois hemisférios como se fossem o refugio de outros homens. (CASTRO, 2017a: 207-8)

De volta à aldeia, Manuel ocultou seu infortúnio no Brasil da filha, amigos e conhecidos, que o imaginaram rico e ignoravam o modo como logrou retornar. “Preferia tudo a submeter-se ao vexame de expor ali a sua desventura – ali onde os homens se sentiam diminuídos se regressavam pobres do Brasil” (ibid.: 232). Tal preferência o fez, após conhecer o neto e o genro e se lamuriar por não poder pagar a cova à mulher, fugir de novo da aldeia – desta vez para Lisboa, onde se julgou poupado de um vexame pelo anonimato. No caminho, avistou o palacete erguido pelo agente de passagens que ele contratara e que, segundo o narrador, “enriquecera com os que tinham ido e por lá ficaram, entregues aos acasos da sorte, ou haviam regressado pobres, desiludidos e gastos como Manuel da Bouça” (ibid.: 236). Dada a miragem do ouro, veio a desilusão.

Em *A Selva* (1930), a disposição de Ferreira de Castro a uma literatura engajada se revelou desde o curto “Pórtico”, onde indicou o livro como registro da “tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e de justiça” (CASTRO, 1972: 21). Tendo vivido nove anos na Amazônia, reputou a obra como um débito com desbravadores como ele, que atuara num seringal entre cearenses e maranhenses. “Se é verdade que neste romance a intriga tantas vezes se afasta da minha vida, não é menos verdadeiro também que a ficção se tece sobre um fundo vivido dramaticamente pelo seu autor”, assinalou em “Pequena história de *A Selva*” (ibid.: 27). Mais traduzido romance de língua portuguesa de seu tempo, *A Selva* foi saudado pelo prefaciador Jorge Amado como um clássico, uma reaproximação entre Brasil e Portugal:

Em meio à atual onda de afirmações de amizade luso-brasileira, fico a pensar como verdadeiramente a aproximação e compreensão entre os povos muito pouco deve a decretos, acordos, discursos oficiais, e quanto deve a certas obras de criação. A amizade dos povos brasileiro e português resulta em realidades do trabalho de centenas de milhares de portugueses imigrantes no Brasil, construindo junto conosco nossa pátria, em dura epopéia. São esses homens, vindos de Portugal e aqui fazendo-se brasileiros amantíssimos, os mestres da amizade luso-brasileira, aqueles que estabelecem os laços de compreensão e amor. De quando em vez, um desses imigrantes se eleva como um símbolo vivo dessa amizade por um feito admirável, por uma criação imperecível. Esse o caso de Ferreira de Castro e de seu romance *A Selva*. (AMADO, 1972: 18)

Na trama, Alberto se exila pelos ideais antirrepublicanos e, aos 26 anos, se fixa num seringal nos confins da floresta – tal como o autor. Dado o alto valor da borracha, “era, então, a Amazônia um ímã na terra brasileira e para ela convergiam copiosas ambições dos quatro pontos cardeais, porque a riqueza se apresentava de fácil posse, desde que a audácia se antepusesse aos escrúpulos” (ibid.: 41). Saído de Belém num “curral flutuante” (ibid.: 55), se torna seringueiro após pagar mil réis para embarcar até o Rio Madeira, quase preterido por cearenses pelo aliciador. “Aquela longa viagem, duplicando a distância que até ali o separava de Portugal, a interrupção dos seus estudos, a derrota das suas doutrinas e os ásperos baldões já sofridos (...) deprimiam-no tenazmente: ‘Sem futuro definido, entregue apenas ao arbítrio das circunstâncias, talvez não conseguisse mesmo regressar.’” (ibid.: 161). Cita-se a troca da imigração lusa na Amazônia do meio rural, para a exploração e defesa territorial, pela cidade:

Esvaíram-se, porém, os séculos e à exploração audaciosa sucedera o trabalho organizado, o esforço já não para descobrir mas para corrigir a selva triunfante e inexorável. Os portugueses retiraram-se das breves solidões e os seus descendentes, não menos ambiciosos, mas já sem o arroubo da temeridade, instalaram-se nas cidades. Eram agora comerciantes e da brenha conheciam apenas o produto da labuta dos que lá agonizavam. A bordo do “Justo Chermont” só Alberto marcava a existência da nacionalidade. (CASTRO, 1972: 89)

Menos presente do que em *Emigrantes*, a migração surge como status em menções à fortuna advinda da borracha (“fora assim que seu tio enriquecera e tinha já duas quintas em Portugal” [ibid.: 41]) e ao bem-sucedido comendador (“fora dos que viera de tamancos, rude, analfabeto, as nádegas juvenis sempre expostas aos pontapés dos superiores, nessa época, ainda não muito distante em que o comércio português, dentro e fora da metrópole, se caracterizava por vida autoritária e rotineira” [ibid.: 76-7]). Mais do que os portugueses, *A Selva* focou a imigração de nordestinos que buscavam na Amazônia uma fuga para o drama da seca.

8. Migração como ética em Vitorino Nemésio

Poeta, romancista e ensaísta, Vitorino Nemésio (1901-1978) usou a crônica para tratar de temas como a imigração portuguesa no Brasil. Em *O segredo de Ouro Preto e outros caminhos* (1954), editado só em Portugal, tal presença lusa consta em “A colônia portuguesa”. A inserção do português, segundo Nemésio, deu origem a um cidadão visto como brasileiro por seus compatriotas ibéricos e como português na terra de adoção: “visto de dentro, da terra para onde foi, subsiste português e de certo modo estranho – de uma estranheza que depende da carência de direitos políticos e de uma perspectiva humana que intermitentemente o isola” (NEMÉSIO, 1954: 19). Para o autor, esse imigrante trabalha para viver e amearhar:

Denuncia-se pelo peculiar acento da sua atitude ante a vida: é o adventício que trabalha para viver e amearhar, o homem que traça a si mesmo um duplo programa: subsistir no lugar para onde foi, preparando condições de uma subsistência possível e futura no lugar de onde veio. Assim se torna um pouco o convivente em trânsito: o homem da pressa, do aferro e do aforro, que considera a existência como coisa arriscada e premente, opondo à cálida solicitação do ambiente uma forte recusa ou certa prevenção. (NEMÉSIO, 1952: 20)

O imigrante se inseriu na população brasileira tal como na “colônia portuguesa”, que o autor igualava a uma fração de povo dissidente econômica e portanto socialmente, que “figura à cabeça do rol dos movimentos portugueses de expressão patriótica contribuinte” e com uma “solidariedade excepcionalmente compacta” (ibid.: 21). Para Nemésio, os colonos eram indivíduos com dever frente a duas pátrias e uma consciência de grupo incomparável entre seus pares em território nacional ou estrangeiro. O cronista viu nessa comunidade uma fonte notável de mão de obra, de empreendimento, tributo e fomento de população. A seu ver, era uma situação difícil tanto quanto fecunda:

O homem que pertence a este singular complexo da colônia portuguesa do Brasil, encontra-se, assim, numa situação humanamente difícil e fecunda. É o português expatriado e o “brasileiro” condicional. Português nato e autêntico nos sentimentos pátrios sublimados pela ausência, não goza os prazeres e as seguranças de uma comunidade nacional que o não envolve; Sente-lhe, porém, os imperativos e o vigor espiritual nos princípios da própria formação no seu seio, no anelo de um hipotético regresso (...) e em todos os casos e campos um homem paradoxalmente responsável pela falta que faz na pátria, no lugar, na família que deixou. (NEMÉSIO, 1952: 22-3)

O imigrante, para ele, tem dever de amparar descendentes, auxiliar parentes e vizinhos e, assim, coparticipar do que interessa ou comove Portugal. Daí esse imigrante, ao sentir-se economicamente bem após se deslocar só, buscar sua mulher, filhos (e muitas vezes os pais velhos). Ou enviar presentes e subsídios ou buscar trabalho para os desempregados ou quem

vive longe em empregos precários. “O colono, a menos que soçobre, atua no sentido de alguma destas formas de valimento tradicional, fazendo de todas elas o ideal supremo de sua ética de emigrante” (ibid.: 23-4). Eis um olhar da migração como ética, ausente em outros autores. Tal ética levaria, por exemplo, às associações de recreio, cultura e beneficência, como Gabinetes de Leitura e Centros Transmontanos do Rio e São Paulo, ambientes que suprem “a falta da comunidade nativa criando-lhe pátria, corporação e família à distância e permitindo-lhe ocorrer mais pronta e eficazmente às funções de benemerência e proteção a que se obrigou na ausência” (ibid.: 24). Para compensar ser ausente, o e/imigrante é benemérito e protetor e tais clubes, fraternidades e centros atestariam o vigor e a constância de seu altruísmo.

O perfil empreendedor do migrante português seria foco de Nemésio, para quem haveria na atividade econômica uma semelhança entre os colonos contemporâneos seus e os dos tempos de Brasil como colônia.

A ética aquisitiva e a ascese de trabalho do colono português continuam. O emigrante que transfere as suas energias para o novo país não o faz com o simples fim de prover à sua subsistência tornada precária na pátria: Leva consigo o ideal do pequeno proprietário ou rendeiro que era seu pai ou o seu vizinho, e em todo o caso um modelo de vida abastada, burguesa a preencher. (NEMÉSIO, 1952: 26)

O colono português se fiaria numa cartilha tradicional do bom chefe de família e “homem de palavra”, na qual leria as saudades da terra e imagens dos custos vividos por quem não teve a chance de imigrar em um país com tanta perspectiva de ser explorado.

9. Migração como maturação e alma dividida em Miguel Torga

Trabalhador na fazenda do tio em Leopoldina (MG) entre 1920 e 1925, Miguel Torga (pseudônimo de Adolfo Correia da Rocha, 1907-1995) voltou a Portugal nesse ano, se tornou médico e tratou da migração no romance autobiográfico *A Criação do Mundo* e em *Traço de União: temas portugueses e brasileiros*. Na parte “O Segundo Dia” de *A Criação do Mundo*, o narrador chegava à “terra onde estava a minha felicidade” ou “o Brasil que me ia enriquecer como a toda a gente” (TORGA, 1996: 92), conhecia espécies como inhame, jacarandá e tucano e concluía que “nada do que aprendera em Agarez [sua terra natal] me servia ali. Nem os ninhos eram iguais” (ibid.: 92). Segundo Gago (2008), o narrador é um adulto que dá voz à criança que foi e para quem “a emigração assume-se como experiência de amadurecimento, de contacto com um espaço novo, diferente, marcado pela dureza da vida e, simultaneamente, pela descoberta” (GAGO, 2008: 219). O país não era responsabilizado por revezes na estada.

A condição migrante do protagonista gerava reações e ele foi discriminado, com ofensas que o menino iria equiparar a atitudes caninas: “Não fazia mal que ladrasse. Contanto que não se atrevesse a cantar ao pé de mim que ‘As desgraças do Brasil/ eram duas, agora são três:/ A formiga cabeçuda, /o italiano e o português,’ não fazia mal que espumasse peçonha nativista” (TORGA, 1996: 152). Após cinco anos e a venda da fazenda do tio, ele voltaria a seu país em “O Terceiro Dia” e veria tal fase como de mudança pessoal (“o ingênuo rapazinho que a vira [a cidade] em espanto e desespero à chegada do *Arlanza*, morrera” [ibid.: 163]).

O regresso de Torga ao Brasil, para um congresso de escritores em São Paulo em 1954, levou a outras conferências e discursos na cidade e no Rio de Janeiro, além do trecho de “O Sexto Dia” onde alude à marca do país nele: “Nenhuma impressão de outrora se perdera. Cada estímulo apenas trazia à memória entorpecida a resposta já dada na primeira hora. O Brasil tatuara-se realmente na minha alma como uma tinta indelével. A longa ausência não lhe desbotara sequer o brilho original” (ibid.: 596). Eis aqui o enquadramento da migração como maturação. A migração no seio dessa transformação deu ensejo à única comunidade que deu atenção às palavras de Torga depois reunidas em *Traço de União*. “E pude ter com milhares de patrícios em todas as associações lusas a fraterna comunhão que sonhara. Só esses, na verdade, tinham ouvidos para as minhas palavras” (ibid.: 597).

Ao ir e voltar de São Paulo, a censura vetou seu nome na lista de passageiros do navio publicada em jornais (TORGA, 1996). No congresso de escritores, em réplica ao sociólogo Roger Bastide, advogou que juízos sobre as Américas e a Europa não partissem só de dados literários; duas vivências se somariam na sua história: a intelectual e outra de ex-imigrante, que diria “infiltrada no sangue” (TORGA, 2016: 40). Notou que portugueses que sonhavam com o Novo Mundo acabavam viajando até ele, ao contrário de outros europeus, com o sonho nunca concretizado. “A realidade dum presença humana sobre o corpo do mito. Temos agora um Europeu emigrante em reacção directa. Um homem que passa a sofrer a influência do novo meio, e a criar uma consciência por indução” (ibid.: 38). Assim, Portugal integraria a “Europa transumante, migradora”, cuja ação supera abstrações e os europeus imigrantes “não fazem do Novo Mundo pretexto de catarses especulativas ou Éden dos seus complexos, mas o ajudam a erguer com o suor quotidiano. Multidão anónima que anda ali fora, a viver” (ibid.: 39). Há um reconhecimento seu do valor do emigrante disposto a pisar e apalpar a terra.

Quase ao fim da intervenção, Torga diria ter procuração para falar por migrantes, visto que desembarcou no país aos 13 anos após descobertas como o “mar interminável” e “um navio que parecia um presídio de galerianos”. Em suas recordações, aquele rapaz

Que andou por ela fora [nesta terra] ao deus-dará, perdido, perplexo, aterrado, a ver morrer os seus deuses a cada instante, a sentir o gosto modificar-se-lhe, a não poder avaliar as coisas com o estalão do sistema métrico que aprendera na escola. Que chorou, gemeu, penou, até que o instinto se adaptou e lhe permitiu comportar-se com mais economia emotiva. E que, então, pôde esquecer a sorna cumplicidade vegetal com a fauna hostil, os lobisomens que o perseguiram, os sacos de café que lhe derrearam os ombros, e descobrir a íntima significação dum húmus gordo e fecundo que tinha o condão de tudo integrar no seu calor. A terra nativa lá continuava ainda a acenar. Mas a alma dele ia-se dividindo, repartida entre o passado e o presente, escanchada sobre o oceano. O Novo Mundo era agora uma nova pátria embutida nos sentidos. Nada de raciocinado, de construído, de voluntário. Assimilação, apenas. Impregnação indelével de tatuagem. (TORGA, 2016: 39-40)

Despontava a imagem de uma alma dividida entre o passado e o presente, Portugal e o Brasil, retomada mais adiante. Até então, Torga comparara a migração a uma vacina que deixa marca na pele mesmo após a imunização e enaltecia sua vida além da intelectual na América – vivência subscrita por quem se incorporou nela, não só a pensou, e que, retornado, influenciou com ideias e hábitos a Europa e olhares sobre o Novo Mundo. O tema voltou a ser explorado.

Na conferência “O drama do emigrante português”, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1954, Torga lamentou que tal drama ainda estava por escrever. Ele criticava autores do século XIX como Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco por não alcançarem o âmago da questão, sobretudo pela aposta em dose de pitoresco, ridículo, arbitrariedade e malevolência que desfiguravam a verdade. Torga sentiu falta em Eça de ir além do que se concederia por direito a todo mortal, enquanto Camilo teria popularizado uma caricatura que ofenderia uma essencialidade subterrânea.

O escritor alegava se expressar ali como antigo emigrante que vivera cinco anos de “contraditórias sensações”; no início, pela natureza hostil e atritos humanos e sociais; depois, pela nostalgia da exuberância que sentia, na terra natal, no contato com velhos companheiros.

Na meninice, uma ancestralidade aflita, diante de formas, costumes e comportamentos inusitados; na idade madura, a saudade incurável dessa vida rica de peripécias, larga, quente, generosa, sem regras nem medidas! Então, uma pobre e tenra criatura, modelada por hábitos estratificados, rituais, abruptamente arrancada do ninho, e posta em face doutras paisagens, doutros costumes, doutras noções; agora, esse mesmo ser humano, que aumentou o seu pecúlio de experiências, que alargou os seus horizontes espirituais, a lutar dentro da antiga pele onde já não cabe. (TORGA, 2016: 89)

A imagem da alma dividida teria outros termos: “esse dualismo interior mortifica-me o coração” (ibid.: 89) e “esse desnível interior, esse desequilíbrio do espírito” (ibid.: 91). Tal dualismo, que misturava Ursa Maior ao Cruzeiro do Sul, flores do ipê e do rosmaninho, águas

do Doiro e do Paraíba, fazia do imigrante, em sua leitura, alguém inseguro e vulnerável. “E convivem na mesma carcaça dois seres opostos. Um, europeu, de medidas greco-latinas; outro, americano, anárquico e transbordante. E nenhum vence o adversário, triunfa definitivamente do incómodo companheiro. Caminham ambos a par, negando cada qual o vizinho” (ibid.: 89). A seu ver, emigrantes seriam seres fraturados como cristais rompidos por um golpe de vento cruel. A divisão da alma afeta até avaliações morais dos indivíduos, numa condição complexa a que Torga atribuiu o silêncio literários sobre os emigrantes (v. *seção I*).

O emigrante ganharia caráter mais complexo por faltar sutura que aproxime as duas margens do oceano: gemeria por Portugal no Brasil e vice-versa, e seu remédio seria “oscilar, hesitar, sofrer”, aderindo à “solidão irremediável dum lado ou doutro do mar” (ibid.: 95 e 97).

Ser emigrante é ser condenado a uma exceção biológica. É receber da vida a marca indelével da permanente inquietação. Enquanto que os outros mortais são como arbustos humanos plantados no chão onde nasceram, que o vento da excomunhão não arranca e o imperativo da fome não transporta, o emigrante tem asas em vez de ramos, que não tateiam apenas o espaço limitado pelo perfil da copa, mas toda a imensidade possível. E isto separa-os irremediavelmente. De um lado, os galerianos felizes da quietude; do outro, os contrabandistas da linha equatorial da vida, eternos infelizes de passaporte na mão. (TORGA, 2016: 984)

Torga concluía a conferência com tais paralelos, a enaltecer emigrantes, caracterizados como inquietos ocupando espaços sem fim que, por isso, careceriam da felicidade da quietude dos outros. Com tal elogio que relativiza a felicidade disponível ao emigrante, deu ainda mais margem à leitura da sobreposição das imagens da maturação e alma dividida recém-descritas.

10. Migração como saída providencial em Eduardo Lourenço

O filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço (1923-) viveu um ano em Salvador, em 1958-1959, lecionando filosofia na Universidade Federal da Bahia e notou em 2000 que aquele ano renovou seu imaginário do Brasil. Antes, tinha ideias gerais do país comuns a pessoas pouco cultivadas, pois nem a experiência migrante de um tio do pai o marcou, porque ele “falhou” no Brasil. “E há toda esta coisa oculta, a que não se faz menção, de que as pessoas não vinham aqui para ‘falhar’, vinham para ‘triunfar’ – como diziam os bandeirantes, ‘salvar sua vida’” (LOURENÇO, 2015: 247). Nesta entrevista que se lê no anexo de *Do Brasil: fascínio e miragem* (2015), atribuiu à estada na Bahia seu interesse de pensar a história e cultura lusas à luz das questões de império e colonização, o que faria em *O labirinto da saudade* (1978).

No ensaio “A emigração como mito e os mitos da emigração”, do livro de 1978, ele destacou uma nova visão do passado português na festa oficial pelo Dia de Camões na cidade da Guarda: centrada não “em volta da imagem do português-colonizador que durante quinhentos anos nos serviu de referência e viático épico e moral, mas do português-emigrante, sua versão moderna e aceitável” (idem, 1992: 120). Seu relato deu ênfase à escolha de uma imagem moral que Lourenço dizia ser necessária a um “povo sem problemas de identificação étnica e histórica, mas perturbado em profundidade pela questão da sua identidade e da sua vocação num mundo em acelerada e imprevista metamorfose” (ibid.: 120). O emigrante era foco de uma valorização inédita, sendo que se ressaltou mais a emigração moderna, que o autor ponderou serem duas (para a França ou Alemanha e Venezuela ou Brasil) e terem resultado (relativamente) feliz, o que “não pode fazer-nos esquecer o fenômeno-miséria de que é inseparável à partida” (ibid.: 125).

A imagem do mal que o emigrante passa lá fora consola de algum modo a nossa vaidade pátria e por isso se evoca com tanta complacência silenciando-se aquela que realmente humilha, por intolerável. É um pouco paradoxal enegrecer para fins de exaltação íntima o quadro das dificuldades do emigrante no Estrangeiro que o acolhe, melhor ou pior. Quanto mais negro for o quadro, mais contundente é o processo que instauramos a Portugal. Se lá fora é esse inferno que muitos desejariam supor para se tranquilizar, julgando assim exaltar por contraste as doçuras do pátrio ninho, que espécie de inferno seria o caseiro para ter tido coragem e vontade de abandoná-lo? (...)

E dessa verdade faz parte integrante esta evidência imensamente triste e imensamente justa: milhares e milhares dos nossos compatriotas – e em particular os seus filhos – são felizes lá fora, ou pelo menos, já tão inseridos na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso a Portugal só a isso se resume. (LOURENÇO, 1992: 126)

A busca da identidade portuguesa foi retomada ao concluir ser a primeira vez em 500 anos sem poder resolver o problema via emigração, mesmo simbólica. Se o povo se convencer disso, talvez a questão da identidade se resolva por si, notou. “Essa alma – que foi a dos tristes e humilhados e não dos repletos que nunca emigraram – não se importará nada de ficar sentada para sempre no limiar da sua própria casa, tornada inventiva e livre” (ibid.: 128).

Lourenço refletiu sobre a emigração portuguesa e seu imaginário tanto no ensaio de 1978 como em “A nau de Ícaro ou o fim da emigração”, de *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia* (de 1999 em Portugal e 2001 no Brasil). Em ambos, menções à emigração para o Brasil são circunstanciais (no texto anterior, para se distinguir a emigração moderna entre a destinada à França ou Alemanha e a do Brasil ou Venezuela). Em “A nau de Ícaro”, tomou a saída para o Brasil como opção providencial:

O emigrante prolonga, sob uma outra forma, a nossa presença colonizadora. Encontra nesses locais possibilidades que a Europa não lhe fornece e permanece numa imensa casa onde se fala com doçura a sua própria língua. A emigração para o Brasil nunca foi vivida por Portugal como uma ferida, mesmo inconfessada, mas como uma saída providencial. Também nesse caso não emigrávamos no sentido pleno. Os lares que se extinguíam deste lado do Atlântico renasciam do outro lado mais belos. De uma forma geral, a emigração para o Brasil, que se emancipava cultural e economicamente no princípio do século, foi uma emigração feliz. Uma verdadeira emigração também, porque se partia para ficar. (LOURENÇO, 2001: 51)

Ele tinha uma definição estrita de emigração, qualificando-a “no sentido pleno”: “a emigração supõe que *alguma coisa de melhor do que o que se deixa nos espera para nos dar a oportunidade de mudarmos de estado ou de funções*” (ibid.: 45, grifo no original). Para Lourenço, a emigração verdadeira presumiria o sentimento ou certeza do não regresso ao lugar de origem, dada a esperança de uma vida melhor em outra pátria. Daí ele avaliar que é como se o português, na ordem simbólica, nunca tivesse emigrado, pois nunca deixou sua terra. A emigração portuguesa, majoritariamente para o Brasil, foi vivida, a seu ver, não de forma trágica ou verdadeiramente dramática, mas dolorosa e melancólica, sempre na esperança do regresso. “Talvez isso explique que a nossa literatura tenha tomado tão pouco em conta a figura do emigrante. (...) Cantamos a nossa dor, teatralizamo-la, para melhor a escondermos. Não gostamos de encarar as nossas verdadeiras mágoas” (ibid.: 48). Lourenço se deslocou em seguida da questão da emigração propriamente para suas representações (sua menção a Ferreira de Castro e outros constou no início deste artigo) e o principal desse debate é que a literatura, para o ensaísta, não deu conta à altura da chaga entre portugueses que foi a emigração – talvez pelo povo emigrante não ter voz em sentido próprio e figurado, destacaria.

10. Migração como reinvenção em Ruth Escobar

A atriz e produtora cultural Ruth Escobar (1935-2017) nasceu e viveu no Porto até os 16 anos, quando ela e a mãe – amante, e não esposa de seu pai – se mudaram para São Paulo, em busca de um futuro melhor fora de Portugal. Na autobiografia *Maria Ruth* (1987), ela abordou a emigração quando ainda era expectativa e depois. Num caso, citou o descrédito da professora de inglês nessa intenção (“pois sim, no dia em que voltar D. Sebastião”); a docente não gostava dela por interromper a aula com desmaios encenados. A emigração era vista como uma possibilidade tão remota que a atriz recordou mais de 35 depois: “emigrar para a América

ou para o Brasil era repetir a façanha dos navegadores no século XX” (ESCOBAR, 1987: 29). Para a jovem emigrante, a viagem de partida foi sentida como uma mescla de dor e excitação.

Quando embarquei para o Brasil no *Serpa Pinto*, com minha mãe, levava também a certeza de um destino, pois senti que tudo quando sucedera em minha vida, mesmo antes do nascimento, estava moldado por uma força universal, cósmica, transcendente.

A cena do adeus no cais do porto foi digna de qualquer filme de Lana Turner, recorde mundial de lágrimas. Minha mãe se debulhava ao meu lado. Meu padrasto, pela primeira vez, tinha os olhos vermelhos de chorar, e a noção assimilada de que homem não chora me fez sentir em dobro a dor que ele atravessava. Em mim se misturavam a excitação e a dor. Certamente, para os que ficaram no cais de Leixões, a dor foi bem mais intensa, até porque não partilhavam da excitação de quem ia rumo à América do Sul. (ESCOBAR, 1987: 34)

Após morar nos fundos de um botequim no Tatuapé e num quarto de empregada no Ipiranga, mãe e filha conseguiram trabalho e se instalaram num dois-quartos no Pari. Ruth dividia os estudos com a venda de anúncios da “Revista das Indústrias” e, meses depois, quis editar sua revista, para a colônia português e com notícias do além-mar e dessa comunidade. Chamava-se “Ala Arriba”, em alusão ao grito dos pescadores ao retirarem do mar redes cheias de peixe. Num dos embates com a mãe, ouviu que “criei-te com sacrifício da minha própria vida, abandonei teu pai para dar-te um futuro no Brasil” (ibid.: 37). Enquanto a mãe imaginou a emigração como sacrifício, a Ruth aspirante a atriz atribuía-lhe o significado de reinvenção.

A memória dos meus primeiros dois anos de Brasil é como uma novela sem enredo. Não consigo pôr em ordem os acontecimentos que desaguiariam no casamento com um francês de trinta e três anos, neurótico de guerra, que tinha servido na Resistência e cuja cínica postura diante da humanidade torpe e selvagem seria abalada pela portuguesinha emigrante.

É claro que senti o choque de ter deixado em Portugal a aparente segurança de uma vida rotineira, embora não isenta de incidentes nem sempre agradáveis. Por outro lado, animava-me a sensação de conquistar uma nova forma de existir, com todas as suas crueldades e dificuldades, mas também com todo o seu desafio. As mudanças se faziam visíveis a mim mesma, tanto no íntimo como no físico: sabia-me mais solta, no meu andar, mais ágil, mais moderninha. Não me sentia mais tão forçada a me esconder nas sobras de meus complexos de feiúra por ter as coxas grossas, as sobrancelhas cerradas e o buço de saloia. (ESCOBAR, 1987: 40)

Uma vez revisitada pela memória da autora, a migração ganhava contornos de processo capaz de propiciar mudanças íntimas e físicas. A sensação de maior liberdade, agilidade e modernidade se refletiam no andar, para além da crescente autoestima, o que contribuiria para se tornar política – deputada estadual em São Paulo – e líder feminista. A migração se tornou, com nitidez nesses trechos, um caminho até a reinvenção pessoal.

11. Considerações finais

Imagens da imigração no Brasil foram mapeadas e analisadas a partir de 15 obras de dez autores portugueses: Camilo Castelo Branco, Gomes de Amorim, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, João Sarmiento Pimentel, Ferreira de Castro, Vitorino Nemésio, Miguel Torga e Ruth Escobar (listados por ano de nascimento). Nesse conjunto, buscaram-se referências às e/imigrações e às vidas dos migrantes, no país de destino ou de retorno. O gênero dos livros (romance, ensaio, memórias e autobiografia) proporcionou vieses à análise, pois a frequência de menções à migração (causas, impactos e reações) variou também com tal natureza do livro.

Contribuiu-se, assim, para mapear uma dezena e meia de obras literárias portuguesas que representaram a vida de imigrantes no Brasil e a experiência de retornados. A partir daí, se analisaram mudanças e continuidades em imagens literárias da imigração portuguesa no Brasil. A detecção de obras e a consequente análise de enquadramentos da migração iluminam os olhares a esse processo rico e duradouro com a saída de portugueses e seu eventual retorno. Esta pesquisa permitiu concluir que a imigração foi imaginada como fuga, escravatura, sorte, mal necessário, exploração, abandono, espera, desilusão, maturação, ética, alma dividida, saída providencial e reinvenção.

Camilo Castelo Branco, Gomes de Amorim, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, João Sarmiento Pimentel, Ferreira de Castro, Miguel Torga e Ruth Escobar deram contribuições únicas ao imaginário da imigração no Brasil. Enquanto Sarmiento Pimentel e Ruth Escobar, por exemplo, deram testemunhos pontuais em suas memórias sobre como significaram a migração – espera ou reinvenção –, Ferreira de Castro e Torga enquadraram-na em romances ou ensaios como maturação (ambos), desilusão (Ferreira de Castro) e alma dividida (Torga).

Na literatura portuguesa do século XIX e XX, as imagens da imigração no Brasil têm iluminado formas como ela foi significada por literatos e, no ato da leitura, por leitores que acolheram o olhar exposto. Essa e/imigração tem sido estudada sobretudo por seus aspectos materiais, como as remessas e o empreendedorismo, logo, este artigo faz o convite a atentar à dimensão simbólica. Nestes dias de ondas anti-imigração no mundo, esse convite ganha força.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey C.; SMITH, Philip. Sociología cultural o sociología de la cultura? Hacia un programa fuerte. In: ALEXANDER, Jeffrey C. *Sociología cultural: formas de clasificación en las sociedades complejas*. Barcelona: Anthropos, 2000. p. 31-54.

AMADO, Jorge. “Um clássico de nosso tempo”. In: CASTRO, Ferreira de. *A selva*. São Paulo: Verbo, 1972. p. 17-20.

AMORIM, Francisco G. de. *Ódio de raça*. Lisboa: Typographia Universal, 1869.

_____. *Aleijões sociais* (e O casamento e a mortalha no ceo se talha). Lisboa: Typographia Universal, 1870.

_____. *As duas fiandeiras*: romance de costumes populares. Lisboa: Empreza Horas Românticas, 1881.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. “Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment”. *Annual Review of Sociology*. v. 16. 2000. p. 611-639.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Os brilhantes do brasileiro*. São Paulo: Escala, 2006.

CASTRO, Ferreira de. *Emigrantes*. 30 ed. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2017a [1928].

_____. “Pequena história de Emigrantes” [1966]. In: *Emigrantes*. 30 ed. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2017b. p. 237-253.

_____. *A selva*. São Paulo: Verbo, 1972 [1930].

ESCOBAR, Ruth. *Maria Ruth*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FERREE, Myra M.; GAMSON, William A.; GERHARDS, Jurgen; RUCHT, Dieter. *Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GAGO, Dora M. N. *Imagens do estrangeiro no Diário de Miguel Torga*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*. v. 95, n. 1. 1989. p. 1-37.

GRANGEIA, Mario Luis. Desigualdade e política social no discurso dos governos Vargas e entre 1985 e 2016. *Revista Brasileira de Sociologia*. v. 5, n. 10, 2017. p. 186-208.

HOUAISS, Antonio. Camilo Castelo Branco. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Os brilhantes do brasileiro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986. p. 11-18.

LOURENÇO, Eduardo. “A nau de Ícaro ou o fim da emigração”. In: LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da Lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 44-54.

_____. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. 5 ed. Lisboa: D. Quixote, 1992.

_____. “A miragem brasileira (entrevista por Rui Moreira Leite)”. *Do Brasil: fascínio e miragem*. Lisboa: Gradiva, 2015b. p. 247-269.

MATOZZI, Martina. *Portugueses de torna-viagem: a representação da emigração na literatura portuguesa*. 2016. 290 f. Tese (Doutorado) – Patrimónios de Influência Portuguesa, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

MENDONÇA, Ricardo F.; SIMÕES, Paula G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 27, n. 79, jun./2012. p. 187-235.

NEMÉSIO, Vitorino. *O segredo de Ouro Preto e outros caminhos*. Lisboa: Livraria Bertrand: 1954.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. 11 vol. Lisboa: David Corazzi, 1887.

PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. São Paulo: Felman-Rêgo, 1963.

PINHEIRO, Luís B. S. P. Francisco Gomes de Amorim e as primeiras abordagens literárias da Cabanagem. In: SOUZA, Fernando de; MARTINS, Ismenia; MENEZES, Lená; MATOS, Izilda; ARRUDA, Jobson; SARGES, Nazaré (org.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: Cepese, 2015. p. 418-434.

QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre*. v. 1. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890.

_____. *Uma campanha alegre*. v. 2. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. São Paulo: Contexto, 2012.

SENA, Jorge de. Prefácio. In: PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do Capitão*. São Paulo: Felman-Rêgo, 1963. p. 11-17.

SILVA, Maria Beatriz N. da. Prefácio. In: MENDES, José S. R. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011. p. 23-26.

SMALL, Mario Luis; HARDING; David J.; LAMONT, Michèle. “Reavaliando cultura e pobreza”. *Sociologia & Antropologia*. v. 1, n.2. 2011. p. 91-118.

TORGA, Miguel. *A Criação do Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *Traço de União: temas portugueses e brasileiros*. Lisboa: Glaciar, 2016.

VILLAS BÔAS, Maria X.; PADILLA, Beatriz. Rumo ao Sul: emigrantes portugueses no Sul do Brasil. *População e Sociedade*. n. 14/15, v. II, p. 115-129, 2007.